

QUE PROFESSORES ESTAMOS FORMANDO: a sociologia da educação na formação inicial em pedagogia, um relato de experiência na UEPB

Mary Delane Gomes de Santana – UFCG¹
mdgc09@gmail.com

RESUMO

A formação de professores não se resume a cumprir uma grade curricular. Ela é, antes de tudo, um espaço de escolhas, disputas e projetos de sociedade. Este trabalho nasce da experiência em sala de aula no curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, especialmente nas disciplinas de Sociologia da Educação I e II. No cotidiano com os estudantes, uma pergunta foi se impondo de forma quase inevitável: que tipo de professores estamos ajudando a formar em uma universidade pública nordestina? Para pensar essa questão, recorremos a autores da Sociologia da Educação crítica que dialogam diretamente com esses dilemas. Em Saviani (2013), encontramos a defesa da pedagogia histórico-crítica e do trabalho educativo como prática social transformadora. Em Frigotto (2011), a crítica à lógica do mercado que insiste em moldar a formação docente. Em Ciavatta (2014), a ideia de uma educação que considere o ser humano em sua totalidade. E em Libâneo (2015), o alerta sobre a tensão permanente entre o mero treinamento técnico e a formação de um pensamento realmente crítico. No dia a dia das aulas foi percebemos situações incomodas. De um lado, o projeto pedagógico do curso afirma compromisso social, emancipação e resistência. De outro, a rotina acadêmica atravessada por burocracias, excesso de conteúdos e formas de avaliação que, dependendo de como são conduzidas, acabam engessando o processo de ensino e aprendizagem, sem contar com um certo descaso que alguns alunos dirigem as disciplinas, por não as acharem essenciais à formação deles. O conflito entre o que está escrito nos documentos e o que acontece, de fato, nas discussões com os alunos também consiste em um entrave. Para construir este relato, foi revisitado registros de aula, planos de ensino e, sobretudo, a escuta dos estudantes que cursaram as disciplinas ministradas no primeiro e segundo períodos. Essas escutas revelaram angústias, expectativas e também desejos de uma formação mais conectada à realidade local. Ainda que localizada, esta experiência reafirma a universidade pública como espaço central de defesa de uma docência entendida como prática intelectual crítica. Se o estudante passa a reconhecer que sua atuação em sala de aula é um ato político, a Sociologia cumpre sua função: desnaturalizar a realidade para torná-la transformável.

Palavras-chave: Formação docente. Sociologia da Educação. Pedagogia. Universidade pública. Saberes contra-hegemônicos.

¹ Bacharel e Ciências Sociais com área de concentração em Antropologia – Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Mestre em Sociologia Rural Universidade Federal da Paraíba – UFPB e doutorando do PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

1 INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores no Brasil contemporâneo não é apenas uma etapa acadêmica, mas um campo estratégico de disputas simbólicas e políticas. Vivemos um tempo em que políticas educacionais, muitas vezes guiadas por uma lógica gerencialista, tentam reduzir o papel do professor ao de executor de tarefas técnicas. Diante desse cenário, a pergunta que dá título à este trabalho — que professores estamos formando? — torna-se uma questão ética deste relato, situado no curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), campus Campina Grande, durante os semestres de 2022.2 e 2023.2.

O problema central que motivou esta reflexão reside no paradoxo entre o discurso e a prática: de um lado, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) afirma um compromisso com a emancipação e a resistência; de outro, a rotina acadêmica é atravessada por burocracias e por uma resistência persistente dos graduandos em enxergar a Sociologia como um saber orgânico à sua futura profissão. Para uma parcela significativa, as disciplinas de fundamentos são vistas como "teóricas demais" e distantes da "prática real" da sala de aula. Essa visão fragmentada reflete pressões externas que esvaziam o caráter intelectual da docência, agravadas pelas lacunas formativas trazidas de um ensino médio cada vez mais tecnicista.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar como a prática docente na educação superior pode tensionar essas lógicas instrumentais. Especificamente, busca-se descrever como o uso de categorias da Sociologia Crítica (Saviani, Frigotto, Ciavatta e Libâneo) serviu como ferramenta para que os estudantes fizessem a leitura da realidade escolar local, superando a dicotomia entre teoria e prática.

A justificativa deste relato repousa na necessidade urgente de reafirmar a universidade pública como espaço de produção de uma docência reflexiva. Em um cenário de avanço de políticas que procuram cada vez mais minar a importância da formação acadêmica realizada nas Universidades públicas, bem como o trabalho do professor, compartilhar experiências que transformam o “conteúdo de concurso” em instrumento de consciência social é fundamental. Analisar essa experiência na UEPB, uma instituição inserida em uma realidade marcada por desigualdades históricas e tradições de luta, permite pensar caminhos para uma formação que não apenas prepara o aluno para o mercado de trabalho, mas que produza compromisso ético e político com a educação pública nordestina.

2 METODOLOGIA

A experiência aqui relatada possui caráter qualitativo e interpretativo. O corpus de análise foi construído a partir de três fontes principais:

- Diário de campo: onde registrei as reações, falas espontâneas e o clima das discussões em sala.
- Planos de ensino: revisitados para entender o que foi planejado versus o que foi efetivamente absorvido.
- Questionário final: respondido por 31 estudantes, contendo perguntas abertas sobre a utilidade da sociologia na sua futura prática profissional.

A análise não buscou dados estatísticos, mas sim os sentidos atribuídos pelos alunos à formação. Para iluminar esses achados, recorri à tríade da educação crítica brasileira: a pedagogia histórico-crítica de Saviani (2013), a crítica à mercantilização de Frigotto (2011) e a defesa da formação integral de Ciavatta (2014) e Libâneo (2015).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO: ENTRE A RESISTÊNCIA E O DESPERTAR CRÍTICO

A análise dos registros de aula e das falas dos estudantes mostrou que o alcance dos objetivos das disciplinas não ocorreu de forma linear, mas por meio de avanços, recuos e resistências. Um dos primeiros desafios foi enfrentar a percepção de fragmentação da formação. Embora o PPC da UEPB enfatize a formação humana integral, a experiência dos estudantes ainda é marcada pela separação entre conteúdos teóricos e práticas pedagógicas. Como aponta Ciavatta (2014), quando essas dimensões não se articulam, o conhecimento tende a perder seu sentido formativo.

A proposta de transformar conceitos sociológicos em instrumentos de leitura da realidade ganhou consistência na atividade de mapeamento de escolas públicas da região. No início, predominava a pergunta “para que isso serve na escola?”. Com base em Saviani (2013), os estudantes foram provocados a ir além dos sintomas, como indisciplina e falta de material, e a buscar explicações mais amplas para esses problemas.

Durante a socialização da atividade, uma aluna afirmou: “eu achava que esses problemas eram culpa só do professor”. Essa fala marcou um deslocamento importante, pois abriu espaço para discutir, com apoio em Frigotto (2011), como a precarização estrutural condiciona o trabalho docente. A discussão contribuiu para relativizar a responsabilização individual do professor por problemas que têm raízes políticas e institucionais.

Ao mesmo tempo, surgiram limites concretos. Parte da turma resistiu ao trabalho de campo, alegando falta de tempo e sobrecarga. Esse dado evidencia os obstáculos materiais a uma formação mais reflexiva em um contexto de precarização da vida estudantil. A crítica de Libâneo (2015) à centralidade das competências ajuda a compreender por que propostas mais teóricas são vistas como pouco “práticas” por alguns estudantes.

Mesmo após os debates, cerca de 22% dos respondentes das duas disciplinas, mantiveram a avaliação de que as disciplinas eram “muito teóricas”. Esse dado indica que a aproximação entre o saber sociológico e a prática pedagógica não se resolve mesmo tendo no caso do curso da UEPB dois semestres, isso pode ocorrer devido ao fato de não ter continuidade de professores, em um semestre o aluno fica com um professor e no semestre seguinte, em Sociologia da Educação II, outro professor, o que impede a continuidade do trabalho feito pelo anterior e uma maior integração curricular entre as disciplinas.

Por fim, o questionário avaliativo trouxe um resultado relevante: a percepção de que a neutralidade na educação é um mito. Um estudante escreveu: “a escola também é política, mesmo quando a gente finge que não é”. Essa fala sugere que a Sociologia da Educação deixou de ser vista apenas como um conteúdo formal e passou a funcionar, para parte da turma, como uma ferramenta para interpretar a realidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomar a pergunta — *que professores estamos formando?* — implica reconhecer que a resposta está em disputa. A experiência no curso de Pedagogia da UEPB mostra uma formação atravessada por tensões entre, de um lado, a pressão por um tecnicismo imediato e, de outro, a necessidade de um pensamento sociológico que dê sentido ao trabalho educativo.

Formar professores no Nordeste não é o mesmo que fazê-lo em centros hegemônicos. Nossa realidade exige uma Sociologia da Educação que vá além dos manuais e dialogue com

as desigualdades regionais e com a precarização das políticas públicas. A resistência dos estudantes à teoria não pode ser lida apenas como desinteresse, mas como reflexo de um sistema que valoriza mais a execução do que a reflexão e submete o conhecimento a uma lógica utilitarista.

Ainda que localizada, esta experiência reafirma a universidade pública como espaço central de defesa de uma docência entendida como prática intelectual crítica. Os resultados indicam que, quando a Sociologia articula teoria e realidade, com linguagem acessível, ela deixa de ser um peso curricular e passa a funcionar como instrumento formativo.

A superação da lógica utilitarista não depende de disciplinas isoladas, mas de maior integração curricular entre método e crítica. Estamos formando sujeitos em transição. Se o estudante passa a reconhecer que sua atuação em sala de aula é um ato político, a Sociologia cumpre sua função: desnaturalizar a realidade para torná-la transformável.

REFERÊNCIAS

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada:** a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. São Paulo: Cortez, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Campina Grande: UEPB, [s.d.].